

Dívida dos estados cresce mais do que as da União

Rio — Os governos estaduais estão aumentando o seu endividamento em títulos de uma forma mais rápida que o Governo Federal, conforme acompanhamento do Banco Central.

Nos 12 meses encerrados em janeiro último, os estados com papéis em circulação no mercado ampliaram o total de títulos emitidos em cerca de 50,64%, com o esto-

que pulando para R\$ 23 bilhões. O estado de São Paulo, isoladamente, responde por 43% dos títulos públicos emitidos, com um estoque total de R\$ 9,87 bilhões em janeiro último. O segundo estado mais endividado em títulos é Minas Gerais (R\$ 4,64 bilhões). Em 12 meses, a dívida mobiliária mineira cresceu 51,09%.

A dívida federal também tem crescido em ritmo acelerado, mas abaixo dos papéis estaduais. Em 12 meses, encerrados em janeiro, o total de papéis federais em poder do público chegava a R\$ 63,78 bilhões, com crescimento de 37,25%.

Esse montante correspondia a 8,9% do Produto Interno Bruto (PIB) projetado pelo BC (R\$ 708,72 bilhões em janeiro). Esse percentual é superior ao observado há um ano, pois em janeiro/feverei-

ro de 1994 a relação dívida federal/PIB estava em 8,4/8,5%.

No mês de janeiro, especificamente, o primeiro sob a administração dos novos governadores, o endividamento estadual em títulos continuou acelerado, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo. São Paulo aumentou sua dívida em 52,04%, o Rio Grande do Sul em 51,09%, Minas Gerais em 50,17%. E Rio de Janeiro em 50,17%.

Juros — O crescente endividamento dos estados através de títulos resultará em maiores encargos a médio e longo prazos, agravando a dívida das unidades da federação que optaram por esse caminho, devido às elevadíssimas taxas de juros observadas no mercado financeiro brasileiro nos últimos meses.

Em fevereiro, conforme cálculos da Associação Nacional das Ins-

QUEM DEVE MAIS

	Em R\$ bilhões		
	Jan/94	Jan/95	Crescimento
União	46,19	63,39	37,25%
São Paulo	6,49	9,87	52,04%
Minas Gerais	3,07	4,64	51,09%
Rio de Janeiro	2,10	3,16	50,17%
Rio. G. do Sul	2,26	3,46	52,49%
Todos os outros	1,34	1,89	40,46%

tuições do Mercado Aberto (Andina), o financiamento dos títulos estaduais ficou em torno de 3,48%, enquanto os financiamentos lastreados em papéis privados ficaram em 3,25%.

Ou seja, no Brasil, os investidores exigem juros maiores do setor estadual/municipal do que aceita normalmente para aplicar em papéis privados. Em termos reais, os juros de fevereiro pagos pelos estados corresponderam a cerca de 34% ao ano, já descontando-se os efeitos da inflação (o IPC-r de fevereiro ficou em 0,99%).

O Governo Federal, por sua vez, suportou juros reais anualizados de 30,4% no mês passado, usando-se o IPC-r como deflator. Uma taxa que investidor nenhum no mundo deixaria de considerar excelente.